

educacional.

P- As correntes críticas dizem que romper com a CUT levou ao isolamento do sindicato em relação ao restante do movimento sindical e que filiar-se à Conlutas aprofundaria esse isolamento. Qual a sua análise a respeito?

R- Essa análise é absolutamente improcedente. É importante lembrar que quando estávamos dentro da CUT, nada foi feito em relação à defesa do ensino público no interior da central. Nós não conseguíamos acesso, porque havia uma concepção dominante dentro da CUT de apoiar um projeto de educação que não fortalece o público. Nós tivemos situações absolutamente constrangedoras dentro da CUT quando o ex-presidente Vicentinho e o Luiz Marinho, que depois veio a ser ministro (do Trabalho), fizeram outdoors a favor de instituições privadas. Aceitaram colocar as suas imagens de dirigentes sindicais a serviço de negócios privados. Quando nós tentamos organizar uma luta para derrubar os vetos do Plano Nacional de Educação, nós não tivemos nenhum apoio da CUT. Quando nós tentamos criticar e encaminhar contra o programa "Universidade Para Todos", justamente porque fortalece o setor empresarial, nós não conseguimos nenhum tipo de apoio da CUT. Ao contrário, a CUT estava, ainda que não formalmente, claramente apoiando o programa do governo. Até porque depois, os próprios dirigentes saíram em defesa e fazendo propaganda desse projeto. Na CUT, nós não tínhamos mais espaço, não tínhamos interlocutores capazes de dar sentido a uma pauta para educação. A não ser dentro desses programas, dentro de uma lógica governamental da CUT estar muito entranhada com as ações governamentais. A Central perdeu, para mim o que é uma das coisas mais preciosas, a sua autonomia.

P- Durante o Congresso se falou que o ANDES deve promover ações de mobilização da categoria. O que se observa em boa parte das assembleias é um pequeno número de participantes. Que estratégias podem ser propostas para essa mobilização, no seu entendimento?

R- Há questões que podem e devem ser intensificadas. Uma delas eu creio que o sindicato deve dialogar, percorrer a universidade, dialogar sobre as questões centrais que seguramente estão angustiando os professores. Na questão salarial, na ausência de

perspectivas para a carreira docente, não há isonomia salarial, é uma situação muito injusta em quase todas as universidades brasileiras. Nós temos um professor adjunto ganhando X e outro X mais 25% ou 28%. Então temos uma perda de isonomia e paridade dentro das instituições de ensino e precisaremos sobretudo mobilizar e dialogar com os professores, dentro do que é o seu específico, notadamente a questão do ensino e da pesquisa. As condições de ensino hoje são muito difíceis. É crescente a intensificação irracional do trabalho dos professores. Cada vez mais os professores têm dificuldades de conseguir um financiamento que esteja fundamentado em critérios e regras acadêmicas e não mercantis. Temos que pensar, portanto estratégias de diálogo, mas em cima de uma pauta que seja reconhecida como uma pauta relevante e capaz de mobilizar os professores. Em muitas universidades, as seções sindicais têm ampliado o número de seminários, colóquios, isso tudo tem permitido um melhor trabalho, mas a questão decisiva a meu ver é a seção sindical nesse momento construir uma agenda de discussão que faça sentido e que seja capaz de mobilizar e impulsionar os professores para participarem das instâncias do sindicato.

P- Fala-se nesse contexto sobre a unificação da luta. Como o senhor avalia isso com tantas divisões, como, por exemplo, hoje tem nas universidades o movimento do Proifes, que de certa forma se retiraram do dia-dia do ANDES; no Congresso, houve 100 votos entre contrários e abstenções, que não referendaram a filiação nesse momento. O senhor acredita que a

decisão de vincular pode ser um fator de coesão?

R- Eu creio que sim, na medida em que cada vez mais está ficando evidente para a categoria que existe um conjunto de medidas que está sendo operada pelo governo que são prejudiciais, não apenas para a universidade, para os direitos sociais dos trabalhadores, a gente pode ampliar e dizer que são prejudiciais para a nação.

Eu não tenho dúvida de que, quando os professores compreenderem melhor o que significa o PAC, que não tem nada de programa desenvolvimentista, é para acumulação de capital, para a reprimarização do país, mas que tem como contrapartida necessária um congelamento por 10 anos do salário. Eu tenho certeza que os professores não irão aceitar isso calados e irão entender que a luta contra o PAC é

contra um modelo de exploração. Nós não faremos isso dentro dos muros da universidade. Infelizmente, o peso simbólico da universidade, da carreira docente, da relevância do que é ser um professor. Isso

não é capaz de sensibilizar o governo. A forma de que o governo se dirige ao professor é sempre desqualificante. Não podemos nos esquecer que quando o ex-ministro José Dirceu se referiu à reforma universitária, ele disse: "O pau vai comer". O governo vê a universidade como um espaço hostil e ele tem uma posição hostil em relação à universidade pública, tanto é que faz a ampliação do setor privado. Agora com o programa 'Universidade Nova', na prática, o que o governo Lula está fazendo é impor uma série de condicionantes, para que as universidades tenham algum recurso

a mais. São R\$ 700 milhões por ano que é absolutamente irrisório, dado a degradação financeira das universidades federais no país. Eu creio que vai ser muito difícil para os reitores falar assim: "a gente faz uma reestruturação que vai gerar ensino, em troca de uma migalha determinada". Não vai dar para fazer isso. Mas, seguramente, a resistência e o enfrentamento a esse tipo de postura do governo, acho que poucos nutrem a ilusão de que o espaço do saber, do conhecimento, o melhor argumento, vão solucionar esse conflito. Vão ser necessárias lutas sociais, como tem acontecido em toda parte, nós vimos na França, já começaram a fazer reforma, e se não fosse os professores e alunos estarem ali, as reformas teriam passado. Nós vimos recentemente mobilizações no Chile, no México, em universidades estadunidenses, no Canadá. Eu creio que hoje, mais do que nunca, os professores devem entender que a universidade se tornou uma instituição desnecessária de um lado e incômoda de outro para o padrão de acumulação que está no país. E nós temos que mudar, portanto, o padrão de acumulação que está no país e isso exige amplas alianças sociais.

P- O entendimento é que a Conlutas consiga fazer isso?

R- Eu creio que é uma possibilidade. Quem acompanhou minhas falas na questão da Conlutas sabe que eu não fiz nenhuma fala salvacionista sobre a Conlutas. Eu não acredito nisso, vejo limitações importantes na forma de funcionamento da Conlutas.

P- Que tipo de limitações?

R- Particularmente, muitas vezes, a Conlutas se constituiu diante de uma perspectiva muito endógena, de quem está na Conlutas são os bons, quem está fora não é tão bom assim, o que não é realidade. Então, o ANDES

tem diálogo com a assembleia popular, com a intersindical, com os fóruns em defesa da previdência social, com os fóruns em defesa da universidade pública, com o movimento sem-terra. É uma rede de interlocuções que pode dar força e capacidade para o sindicato dentro da Conlutas, quebrar essa visão histórica. Exclusivamente dentro da coordenação, nós podemos ter lutas significativas. A forma da coordenação ajuda a dar organização. E a partir desse novo modelo nós podemos dar passos adiante na luta pela mudança no padrão de acumulação e, em especial, na luta da universidade pública.

"PAC prevê 10 anos de salários congelados"

